



Editais nº 834368
Disponibilização: 03/04/2024
Publicação: 03/04/2024

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Secretaria Executiva do CMDCA

Rua Líbero Badaró 119, 2º Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-000
Telefone:

PUBLICAÇÃO Nº 021/CMDCA-SP/2024

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo – CMDCA/SP, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8.069/90, torna público o extrato de ata da Reunião Ordinária do dia 25/03/2024.

EXTRATO DE ATA - REUNIÃO ORDINÁRIA

25/03/2024

Ao vigésimo quinto dia de março de 2024, às 10h14, em reunião presencial no auditório da SMDHC (Rua Líbero Badaró, 119 - térreo), é iniciada Reunião Ordinária do CMDCA/SP, com a presença de quórum mínimo estabelecido regimentalmente:

Conselheiros(as) de Governo: Esequias Marcelino da Silva Filho (SMDHC - Titular), Cleusa Guimarães (SMJ - Titular), Alessandro Nascimento de Sousa (SMF - Titular), Gilberto Takada (SMS - Suplente), Beatriz de Jesus Silva Carvalho (SME - Suplente), Cristiane Leonora da Conceição (SMADS - Titular) e Telma Dias Nascimento (SMC - Titular)

Conselheiros(as) da Sociedade Civil: Fabiana Zacarias Cesário Feitosa (Titular), Maria de Fátima Colares Alarcon (Titular), Maria Elineuba Bezerra de Souza (Titular), Marcelo Panico (Titular), Fernanda Celi Souza de Oliveira (Titular), Nina Melo (Titular) e Carlos Alberto de Souza Jr. (Suplente).

Ausências justificadas: conselheiras Maria Luiza da Silva (SME - Suplente) e Laura Rodrigues (Titular).

Faltas: conselheira Andreia Aparecida Teixeira da Silva (Titular).

O Presidente do CMDCA/SP, Conselheiro Esequias, dá início à reunião, desejando boas-vindas a todos os participantes e Conselheiros presentes, realizando sua apresentação e solicitando aos Conselheiros presentes que realizassem breve apresentação.

Finda a apresentação dos Conselheiros titulares e suplentes presentes na reunião, o Presidente realiza a leitura da pauta do dia para ciência de todos os presentes no auditório e do público que acompanha em link de transmissão online.

Antes do início do informe das Comissões, o Conselheiro Marcelo Panico pede a palavra e solicita a inclusão de duas pautas: Edital FUMCAD 2024 e o ofício a ser encaminhado à PRODAM. O Conselheiro Esequias informa que essas duas pautas já estão incluídas nos informes das Comissões Permanentes.

1. Informes das Comissões Permanentes:

1.1. Comissão Permanente de Finanças e Orçamento (CPFO)

O Coordenador da CPFO, Conselheiro Marcelo, inicia dizendo que no mês de março não houve nenhuma reunião da CPFO dada a falta de quórum de Conselheiros. Entretanto, aponta que não houve prejuízo nas análises de planilhas, uma vez que os prazos para a análise ainda estão abertos. A seguir, fala que a Comissão também está acompanhando a reunião da Prodam e da Secretaria das Fazenda. Por fim, o Conselheiro agradeceu o apoio da equipe técnico-administrativa da Comissão e informou que a CPFO participou da reunião da Diretoria Plena que elaborou a pauta da RO.

1.2. Comissão Permanente de Políticas Públicas (CPPP)

A Coordenadora da CPPP, a Conselheira Fabiana, informou que houve uma troca de assessoria técnica no CMDCA/SP, sendo que a CPPP aguarda a chegada de um novo Assessor Técnico. Em relação ao Edital FUMCAD 2024, a Conselheira informa que não há possibilidade para a realização de Edital de Captação no momento presente, pois há uma defasagem de quatro anos de Edital temático, sendo decidido que serão realizados dois Editais temáticos no segundo semestre de 2024. No presente momento está sendo realizada a pesquisa para a elaboração dos temas destes Editais.

Após o informe da Coordenadora da CPPP, o participante Armando Broggi pede a palavra e pergunta se no ano de 2024 haverá apenas Edital temático ou se haverá Edital para captação também. A Conselheira Fabiana esclarece que será elaborado apenas Edital temático.

A seguir, a participante Marilena da Organização Caminhando, pede a palavra e afirma que será de grande dificuldade para as organizações o fato de não haver Edital de captação em 2024, uma vez que muitas organizações irão encerrar projetos neste ano, não podendo dar continuidade a eles.

O Conselheiro Carlos Alberto pede a palavra e afirma que os Editais temáticos são essenciais para dar conta de certas temáticas que muitas vezes não são abarcadas pelas políticas públicas e nem pelos Editais de captação. Além disso, fala que há a necessidade de um levantamento dos Editais FUMCAD e da quantidade de processos que estão esperando para parcerizar e conveniar.

O Conselheiro Esequias informa que o Departamento de Parcerias irá efetuar o levantamento e que a CPFO também efetuou o levantamento destes dados para fortalecer as demandas.

A Conselheira Fabiana pede a palavra e informa que na CPPP também é discutida a estruturação e a inclusão de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação com a função de realizar a avaliação dos projetos executados para que eles possam virar políticas públicas de fato. Além disso, aponta que atualmente, a base de projetos para captação é de mais de 200 projetos, então são muitos projetos para captar e poucos conseguem essa captação, há muita demanda represada e dilação de prorrogação de captação. Por isso, a necessidade de Editais temáticos.

O participante Armando afirma que as OSCs fazem o trabalho que não é abarcado pelas Políticas Públicas e que se não houver outro Edital de captação em 2024, em dois anos não haverá projeto para ser executado. Também ressalta que é necessário que o governo fomente os fundos.

Em seguida, o participante João Santo pede a palavra e explana que as Políticas Públicas são executadas pelas OSCs, o que faz com que não sejam políticas públicas de fato. No entanto, ressalta que o processo de eleições do Conselho acabam travando o conselho, por isso, não haveria condições de fazer um novo Edital de captação antes dessa troca de gestão. Chama a atenção para o fato de que o Edital temático deve abordar questões que as políticas públicas não abarcam de fato, algo que não tenha sido executado ainda. Por fim, aponta que o governo deve fomentar a publicidade sobre a captação do fundo.

A seguir, a Conselheira Fátima afirma que o fundo não tem a obrigação de financiar projetos, as OSCs que deveriam ir em busca de recursos. Ao mesmo tempo, aponta que deve-se avaliar que os projetos FUMCAD têm sido apenas complementares às políticas públicas e não são absorvidos como políticas

públicas de fato. Explana que esse diagnóstico deve servir para que sejam feitas ações juntamente ao governo para que projetos importantes que existem há anos tornem-se políticas públicas do município para serem executados sem depender dos Editais FUMCAD. Por fim, expõe que é favorável ao Edital FUMCAD 2024.

O Conselheiro Carlos Alberto aponta que o Conselho não se reúne para pensar política pública de forma concreta. Explica que o CMDCA/SP é um órgão regulador e avaliador de políticas públicas e o município não reconhece a necessidade de potencializar este órgão. Explana que deve-se pensar iniciativas para impulsionar a captação dos projetos FUMCAD, além do estudo de como gerar impacto de verdade na cidade de São Paulo e deliberar melhor sobre políticas públicas por meio do diagnóstico dos dados advindos dos projetos FUMCAD e usando as ferramentas tecnológicas disponíveis para tal.

O Conselheiro Marcelo pede a palavra e aponta que seria ideal ter a política pública funcionando para crianças e adolescentes, mas o que existe hoje são os Editais FUMCAD. Demanda que a gestão se manifeste pela realização de um Edital FUMCAD 2024. Também solicita que na próxima reunião em abril, a CPPP traga os dados e informações para justificar a não realização do Edital de captação em 2024.

O Presidente Esequias informa que os técnicos já estão efetuando esse levantamento e será trazido para próxima reunião. A Conselheira Fabiana reforça o esclarecimento do Presidente e reconhece o trabalho das Organizações da Sociedade Civil, mas ressalta que a realização de editais de captação todos os anos prejudica a execução de políticas públicas. Desse modo, a realização de Editais Temáticos que seja tocado com tempo para pesquisa e estudo de dados de políticas públicas será essencial para a elaboração de políticas públicas.

1.3. Comissão Permanente de Mobilização e Articulação (CPMA)

A Conselheira Thelma informa que em 28/02/2024 foi realizado, no auditório da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Praça Ramos de Azevedo, nº 254), o Seminário de Enfrentamento à Violência nas Escolas, iniciando-se às 13h e acabando por volta das 19h. O evento foi dividido em 3 painéis, sendo: i) Perspectivas sociais e psicológicas do fenômeno da violência nas escolas; ii) Políticas públicas de enfrentamento à violência no âmbito virtual e medidas de segurança à criança e ao adolescente nas redes; e iii) Políticas públicas de enfrentamento à violência em ambiente escolar, de modo que cada painel, após a exposição de seus palestrantes, era sucedido de um momento de debate, caso o público tivesse dúvidas ou apontamentos. O seminário teve 7 palestrantes, ao total, e contou com a presença de aproximadamente 150 espectadores.

A Conselheira Elineuba inicia a sua fala agradecendo a presença de todos que compareceram ao seminário, além do trabalho do corpo técnico administrativo. Expõe que o seminário teve ampla participação, sendo essencial para a prevenção de problemas enfrentados em relação à violência nas escolas.

O participante Armando parabeniza o CMDCA pela realização do seminário e pergunta se haverá algum relatório sobre este evento para dar continuidade à temática abordada. Ademais, ressalta que diversas organizações enviam materiais de comunicação para serem aprovados, mas estes materiais são avaliados pela CPPP, quando a avaliação da divulgação deveria ser uma atribuição da CPMA. A Conselheira Elineuba responde que será feito um relatório sobre o Seminário, a ser publicado nas páginas do CMDCA, informando a ocorrência do evento, além de uma avaliação do que pode ser feito a partir da explanação do seminário. O Presidente Esequias informa que os materiais gráficos estão sendo avaliados pela CPPP, uma vez que está sendo constatado nas avaliações e visitas aos projetos em execução efetuadas pelo Monitoramento e Avaliação que a publicidade é sempre um ponto de atenção nos relatórios.

1.4. Comissão Permanente de Registros (CPR)

A Conselheira Cleusa informa que desde a última Reunião Ordinária, a Comissão Permanente de Registro recebeu 73 Solicitações de Registros pelo Portal SP156. Durante este período, a Comissão solicitou 174 Pedidos de Complemento e emitiu 52 Protocolos. Foram pautados para análise 92 processos, os quais resultaram em 23 pareceres negativos e 53 Registros Aprovados.

2. SEI 6074.2022/0001231-1: Registros e Inscrições no CMDCA/SP

2.1. Registros Aprovados: SEI 100409307

2.2. Programas Aprovadas: SEI 100409528

Finda a leitura pela Coordenadora de CPR, o Conselheiro Esequias agradece às falas e coloca para votação a aprovação dos registros e inscrições. É colocada uma abstenção por parte da Conselheira Fátima que justifica sua abstenção na votação referente à Associação Santa Fé dada a sua participação na entidade. Não havendo manifestações de objeção por parte dos demais Conselheiros presentes, são aprovados, por maioria de votos, os registros e programas informados.

Em seguida, a Conselheira Cleusa traz a devolutiva de pedido de informação na última Reunião Ordinária informando que, conforme o §1º do Art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente ([Lei Nº 8.069/1990](#)), todas as organizações que realizam atividades com crianças e adolescentes, devem inscrever seus programas no CMDCA. Lembrando que o pedido das entidades é de forma espontânea, sendo assim, as entidades governamentais também devem fazer a inscrição dos seus programas. Além disso, a fiscalização da regularidade dos programas e registros é atribuição do Ministério Público - MPESP.

3. Informe do Processo de Escolha dos representantes da Sociedade Civil do CMDCA/SP

O Conselheiro Carlos informa que a Comissão Eleitoral se reúne semanalmente, que o Edital está sendo elaborado e que o processo de escolha será feito em meios digitais. A Comissão está realizando testes de sistema conjuntamente à PRODAM. O processo de elaboração do Edital está nas etapas finais e o Conselheiro afirma que nos próximos 15 dias o Edital e o Cronograma já devem estar publicados pela Secretaria. Informa que a Minuta do Edital será aprovada pela Comissão Eleitoral e, em seguida, será publicada pela Secretaria.

Referente aos critérios de desempate, o Conselheiro informa que houve um estudo sobre isso por parte da Comissão e que na presente reunião, foi retirada da pauta o critério de desempate, uma vez que não houve uma devolutiva por parte da AJ. Desse modo, a Comissão aguarda mais informações sobre critérios de desempate para poder avançar com a Minuta do Edital.

O presidente Esequias acrescenta a informação orientando os presentes que a Minuta de Resolução será aprovada em Reunião Extraordinária do Conselho.

A seguir à pauta, o Conselheiro Carlos faz um informe sobre o debate referente à privatização da Fundação Casa e solicita que a Mesa levante este debate nos próximos dias para o acompanhamento e posicionamento do CMDCA/SP. Além disso, também informa que a partir de uma iniciativa do Governo Federal será retomado o processo da Escola de Conselhos e o Conselheiro enviou o contato da Mesa Diretora para acompanhamento deste processo.

A Conselheira Fátima informa que participou de uma audiência pública chamada pelo Deputado Suplicy sobre o não fechamento de algumas unidades da Fundação Casa. Nesta audiência, solicitaram a presença do CONDECA, da Secretaria e do Presidente da Fundação, que não compareceram. A Conselheira esteve presente como representante do CMDCA, fazendo uma fala sobre o acompanhamento e preocupação desta discussão por parte do CMDCA/SP. Além disso, a referida audiência encaminhou um documento referente a esta preocupação.

O Presidente Esequias solicita que seja encaminhado para a Mesa Diretora esta demanda para que o CMDCA/SP se posicione a respeito.

A seguir, o Conselheiro Carlos também informa que há um problema relacionado à falta de diagnóstico sobre a não chegada de adolescentes na Fundação Casa e serviços de medida socioeducativa, o que também deve ser de preocupação e atenção do Conselho. Explica que o CMDCA/SP tem um estudo sobre a letalidade e o perfil do público que vive essa violência, além de uma nota sobre a Fundação Casa, sendo importante rever essa nota e aprofundar a presença e posição do Conselho nessa luta.

A Conselheira Fátima pede a palavra e aponta que seria importante que o CMDCA encaminhasse essas informações e documentos para fortalecer o documento enviado pela audiência em que esteve presente.

Findas as pautas, as manifestações dos Conselheiros e nada mais havendo a tratar, o Presidente Esequias agradece a presença de todos e encerra a Reunião Ordinária às 11h36, enquanto eu, Juliane Manes Alves, lavro a presente ata que, após aprovação, será publicada no Site do CMDCA/SP.



Juliane Manes Alves

Assessor(a) III

Em 02/04/2024, às 09:32.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **100877274** e o código CRC **0758FA13**.

Referência: Processo nº 6074.2023/0001701-3

SEI nº 100877274